

A GAZETA

especial

QUARTA-FEIRA

31 DE JANEIRO DE 2007

AS12176-1

GOVERNO PAULO HARTUNG

Desafios e Perspectivas

Fotos de Flávia Fernandes



Problemas com a dragagem do canal da baía agravaram a situação logística no Porto de Vitória

Na avaliação de seu governo, publicada nas páginas 22 e 23 desta edição, o governador Paulo Hartung (PMDB) fala sobre as dificuldades encontradas, durante o primeiro mandato, quando levou dois anos para “pôr a casa em ordem, devido aos desmandos e à corrupção que

ganhavam cada vez mais corpo no Estado. Agora, já começamos tocando obras, fazendo novas licitações, avançando nas questões prioritárias, principalmente na área social”. Com relação ao segundo mandato, Hartung destaca a importância da continuidade do mutirão entre os

poderes, sociedade civil organizada e partidos, que promoveu a reconstrução institucional nos últimos quatro anos. Ele fala também dos novos desafios que terá pela frente neste novo período administrativo e das perspectivas de progresso do Espírito Santo.



A falta de um terminal de cargas no Aeroporto de Vitória é criticada pelos empresários



O setor de rochas ornamentais lamenta o uso de porto carioca para exportação

Vitória

Ferraço diz que Estado tem agricultura competitiva.

Páginas 16 e 17

Ameaça

Empresários temem apagão logístico no Estado (Página 9)

Rochas

Setor de rochas reclama da morosidade do lema (Página 12)

Construção Civil comemora recuperação econômica

O PAGAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS, EM DIA, AJUDOU A RECUPERAR O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O bom momento vivido tem muito a ver com a performance do Estado do Espírito Santo. Os bons frutos foram colhidos tanto na área imobiliária quanto nos setores de obras públicas e de obras privadas.

Na opinião do presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sindicon-ES), Aristóteles Passos Costa Neto, desde 2003 o Estado respira recuperação econômica.

DEPENDÊNCIA

“O primeiro aspecto é que o Espírito Santo, por ser um Estado pequeno e de economia acanhada em relação ao País, representando apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, sempre dependeu muito da massa de salários do funcionalismo público para mover a economia”, observou Aristóteles Costa Neto.

Em sua opinião, o fato de o Governo do Estado ter colocado em dia a folha de pagamento permitiu ao funcionalismo segurança para fazer investimentos e aquisições.



Flávia Fernandes

Aristóteles Passos, presidente do Sindicon, diz que setor está “de vento em popa”

“Isso foi muito bom para a indústria imobiliária, porque o funcionalismo voltou a ter segurança para investimento de médio e de longo prazo, que é, justamente, o investimento em imóveis”, ressaltou o presidente do Sindicon.

Região Metropolitana requer planejamento



Censo imobiliário



REGIÃO 1: Praia do Suá, Santa Lucia, Bento Ferreira.

REGIÃO 2: Praia do Canto, Barro Vermelho, Praia de Santa Helena.

REGIÃO 3: Enseada do Suá.

REGIÃO 4: Jardim da Penha.

REGIÃO 5: Jardim Camburi.

REGIÃO 6: Mata da Praia.

REGIÃO 7: Praia da Costa, Itapoã.

REGIÃO 8: Itaparica.

REGIÃO 9: Laranjeiras.

REGIÃO 10: Campo Grande



Unidades em construção
Maio/2006

Unidades concluídas
Maio/
Novembro

Lançamentos
Maio/
Novembro

Unidades em Construção
Novembro/
2006

	Unidades em construção Maio/2006	Unidades concluídas Maio/ Novembro	Lançamentos Maio/ Novembro	Unidades em Construção Novembro/ 2006
Região 1	302	76	36	262
Região 2	1.840	48	164	1.956
Região 3	957	291	294	960
Região 4	1.280	409	225	1.096
Região 5	2.231	487	777	2.521
Região 6	596	169	61	488
Região 7	3.967	795	673	3.845
Região 8	2.521	249	425	2.697
Região 9	887	135	440	1.192
Região 10	0	0	192	192
TOTAL	14.581	2.659	3.287	15.209

Arta - Gilson

Saneamento de contas ajudou o setor

Um outro fato importante do primeiro mandato do Governo Paulo Hartung foi o saneamento das contas públicas, com o pagamento dos fornecedores sendo colocado em dia.

“Quando se paga aos fornecedores em dia, alimenta-se uma cadeia econômica. Isso dá segurança aos pequenos empresários que fornecem serviços ao Governo”, disse Aristó-

teles Costa Neto.

SEGURANÇA

O presidente do Sindicon ressaltou, ainda, que, ao sanear as contas públicas e pagar ao funcionalismo em dia, o Governo do Estado deu segurança à sociedade, criando um ambiente favorável para novos investimentos no Espírito Santo.

“Essa ambiência favorável foi fundamental para novos investi-

mentos, pois permitiu o crescimento do PIB capixaba, por meio de investimentos privados. Podemos falar, por exemplo, na cadeia de gás e petróleo, que talvez tenha sido o grande indutor de investimentos privados”, comentou o presidente do Sindicon.

INVESTIMENTOS

Os investimentos privados ligados à expansão das plantas industriais das grandes empre-

sas como CST, CVRD, Samarco e Aracruz, também foram lembrados por Aristóteles Passos Costa Neto.

Ele ressaltou, ainda, que há também uma série de outros investimentos de pequeno porte que contribuíram para a melhoria econômica do Estado, devido a programas de incentivos fiscais, como o INVEST-ES (Programa de Incentivo ao Investimento do Estado do Espírito Santo).

para a construção civil

A segunda pauta a ser discutida com o Governo, segundo o presidente do Sindicon, diz respeito à Região Metropolitana.

“Preocupa-nos muito o trânsito na Região Metropolitana. Se o Governo do Estado não pilotar o processo de melhoria, dificilmente haverá integração das regiões”, avaliou.

BUROCRACIA

Outra pauta do setor da construção civil com o executivo estadual envolve questões ligadas ao meio ambiente, somando o licenciamento ambiental.

“Temos consciência de que o meio ambiente não pode ser deixado para segundo plano, porém, a questão ambiental é um entrave ao desenvolvimen-

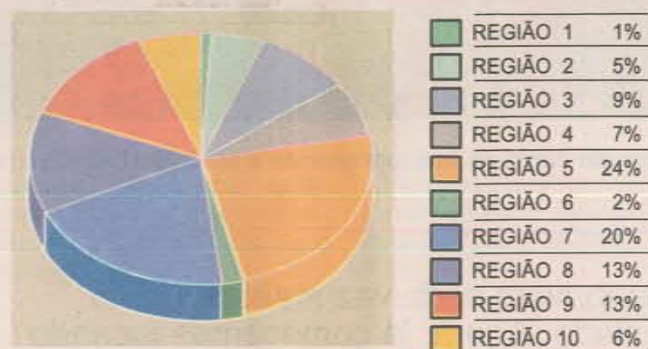
to do Estado. Os investimentos industriais que o Espírito Santo recebe e os empreendimentos imobiliários de grande porte do Estado esbarram na burocracia do licenciamento ambiental”, criticou Aristóteles Passos Costa Neto.

Em sua opinião, o licenciamento ambiental tem sido um dos grandes gargalos no desenvolvimento do Espírito Santo.

“Os empresários não podem perder o tempo que estão perdendo, devido à morosidade na liberação dos licenciamentos ambientais. Acho que a estrutura do Estado nessa área está precária. O Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) não está dando conta da demanda e o Estado está crescendo acima da estrutura que tem”, comentou.

Lançamentos

3.287 unidades lançadas em 70 empreendimentos



Arte - Gilson

Pauta abrange intermediação com as prefeituras

A construção civil passa por um momento de discussão com as prefeituras sobre o PDU (Plano Diretor Urbano).

“Acho que essa será a pauta dos próximos anos. O PDU significa ordenamento urbano

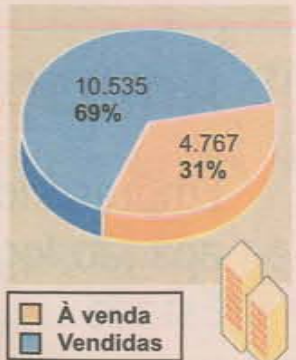
e municipal. Diante disso, existem fatores que nos preocupam muito, que são a mobilidade urbana e a expansão dos parques industriais nas regiões do Estado. Se crescermos de forma desordenada, será um caos”, advertiu o presidente do Sindicon.

INTERIORIZAÇÃO

Ele disse que uma das pautas a serem trabalhadas com o governador Paulo Hartung se refere à interiorização do desenvolvimento industrial.

“Queremos trabalhar o desenvolvimento dessas áreas, com critérios, para que a construção seja feita de forma harmônica”, ressaltou.

COMERCIALIZAÇÃO DAS UNIDADES GERAL (15.209 unidades em construção)



Arte - Gilson

Expectativa é a de que investimentos cheguem a 18%

Além das contas saneadas, a volta da capacidade de investimentos públicos foi outro destaque do primeiro mandato do governador Paulo Hartung.

“Em todos esses investimentos, a construção civil está presente. Nosso setor sempre estará presente onde houver investimentos públicos ou privados”, destacou o presidente do Sindicon, informando que há expectativa de que o governo do Estado invista cerca de 18% de seu orçamento em 2007.

HABITAÇÃO POPULAR

A habitação popular é a grande expectativa do setor da construção civil, com a atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Infra-estrutura e dos Transportes (Sedit).

Para Aristóteles Passos Costa Neto, o Governo do Estado pode fazer algo, mas não pode fazer tudo pela habitação popular.

RECURSOS

“É um tipo de ação social que envolve muitos recursos e aí serão necessários investimentos do Governo Federal, de recursos orçamentários, de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de outras fontes de recursos não onerosas”, observou.

Mesmo assim, Aristóteles está esperançoso. “Acho que a habitação popular será uma grande vertente que o governo estadual poderá adotar neste novo mandato. O governador poderá ter um amplo campo de ações de cunho social”, disse.

A GAZETA especial

COORDENADOR DE CADERNOS ESPECIAIS
José Carlos Corrêa
jccorrea@redegazeta.com.br

EDITOR RESPONSÁVEL:
Paulo Maia
pmaia@redegazeta.com.br

EDITOR DE ARTE
Paulo Nascimento

DIAGRAMADOR
Jairo Freitas

Publicidade:

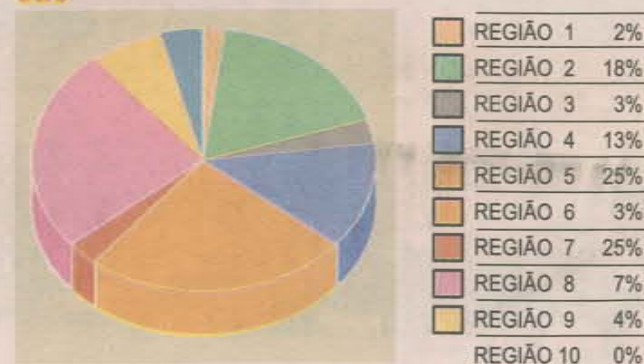
Vitória: (27) 3321-8346
Cachoeiro (28) 3522-8705 - (28) 3522-8544
Colatina: (27) 3721-0882 - (27) 3721-4979
Linhares (27) 3371-0408 - (27) 3371-4118
Guarapari (27) 3361-1835 - (27) 3362-0448
S. Mateus (27) 3363-2567 - (27) 3763-1833

UNIDADES EM CONSTRUÇÃO E VENDIDAS

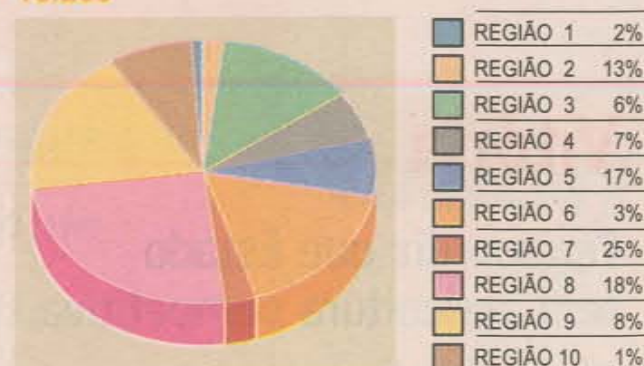


Arte - Gilson

Empreendimentos 323



Unidades em construção 15.209



Arte - Gilson

Transcares cobra funcionamento de posto fiscal

O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO POSTO FISCAL NA DIVISA COM O RIO DE JANEIRO É UMA VELHA REIVINDICAÇÃO DOS TRANSPORTADORES

Investimentos no programa de recuperação da malha rodoviária e a redução da alíquota do óleo diesel, de 17% para 12%, foram ações que representaram avanços na área do transporte rodoviário de cargas no Estado.

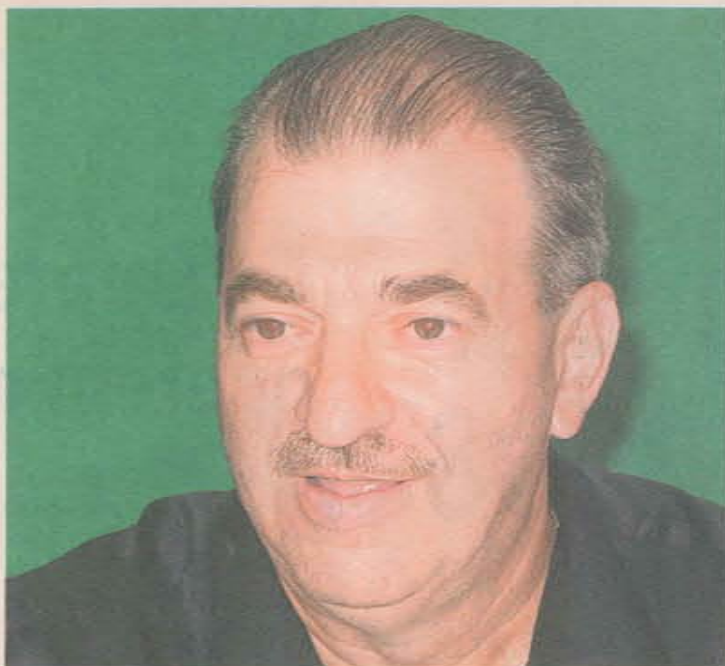
O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Espírito Santo (Transcares), José Antônio Fiorot, fez um balanço positivo do primeiro mandato do governador Paulo Hartung, porém acrescentou que há desafios diante da crescente demanda econômica do Estado.

Um desses desafios é a pendência do posto fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) na divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro.

DEMORA

Os caminhões, principalmente os que transportam carga fracionada, enfrentam filas de mais de duas horas nessa barreira fiscal, devido ao sistema de conferência das notas fiscais ser ainda manual, apesar da informatização do setor, desde 2003.

“Desde aquele ano que o setor está reivindicando melhorias no atendimento nas fronteiras do Estado. Houve uma promessa do governo de que isso seria sanado, mas até o momento não foram tomadas as devidas providências, cobrou José Antônio Fiorot.



Flávia Fernandes

Para José Antônio Fiorot, presidente do Transcares, o primeiro mandato de Paulo Hartung foi positivo para a sua área

Ele informou que há carregamentos em que o motorista necessita do carimbo da fiscalização em mais de 500 notas fiscais.

NOVO SISTEMA

“A Sefaz pretende resolver esse problema por meio da implantação do Passe Sintegra. Esse novo sistema eletrônico

de controle de informações está previsto para funcionar a partir de março deste ano, conforme promessa do governo”, lembrou o presidente do Transcares.

Segundo Fiorot, com a implantação do Passe Sintegra, a espera dos caminhões deverá ser reduzida para apenas 15 minutos.



Transportadores e frota de veículos/UF

Transportador Estado	Empresas		Cooperativas		Autônomos		Total	
	Registros	Veículos	Registros	Veículos	Registros	Veículos	Registros	Veículos
SÃO PAULO	30.199	191.083	80	1.016	184.400	229.987	214.679	422.086
MINAS GERAIS	17.690	75.880	94	1.462	106.299	128.500	124.083	205.842
PARANÁ	12.482	78.265	69	803	74.853	104.699	87.404	183.767
RIO GRANDE DO SUL	15.695	71.090	136	1.783	66.511	85.730	82.342	158.603
SANTA CATARINA	15.058	66.907	65	1.666	37.641	49.335	52.764	117.908
RIO DE JANEIRO	9.664	39.773	40	310	44.218	54.196	53.922	94.279
GOIÁS	2.994	16.618	8	21	26.001	34.161	29.003	50.800
BAHIA	3.761	15.294	15	32	21.264	26.552	25.040	41.878
PERNAMBUCO	2.435	11.613	12	34	23.823	29.730	26.270	41.377
ESPÍRITO SANTO	2.843	16.792	13	125	18.869	24.007	21.725	40.924
MATO GROSSO	1.823	17.608	6	48	12.201	20.680	14.030	38.336
CEARÁ	1.662	9.946	6	7	11.210	15.072	12.878	25.025
MATO G. DO SUL	1.507	9.395	9	38	9.178	13.659	10.694	23.092
PARÁ	2.264	7.688	14	27	7.156	8.608	9.434	16.323
DISTRITO FEDERAL	882	5.479	7	44	6.417	8.234	7.306	13.757

Fonte: ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)

Arte - Gilson

Setor quer regulamentação da lei contra carga roubada

Outro desafio para o governo Paulo Hartung, lembrado pelo presidente do Transcares, é a regulamentação da Lei Estadual Nº 8.246, que prevê punição às empresas flagradas comercializando produtos originados de cargas roubadas.

A lei regulamenta ainda

que, em caso de o estabelecimento ser surpreendido vendendo mercadorias de origem irregular, haverá cassação da inscrição estadual.

“Essa lei contra o roubo de cargas foi feita a partir de uma sugestão da diretoria do Transcares ao presidente da Assembleia

Legislativa, deputado César Colnago (PSDB), e sancionada pelo governador”, lembrou José Antônio Fiorot.

A publicação da Lei Estadual Nº 8.246 no Diário Oficial ocorreu em 4 de janeiro de 2006, mas para ter caráter funcional, é preciso a regulamentação.



Sugestões do setor de transporte rodoviário de cargas para o 2º mandato de Paulo Hartung:



Criação de uma linha de financiamento para aquisição de caminhões com tratamento diferenciado para as empresas instaladas no Espírito Santo. Os veículos seriam adquiridos em concessionárias do Estado, uma forma de ampliar a receita de ICMS do fisco e de formalizar empresas, com geração de mais impostos para o ES.



Criação de um Centro de Serviços de Logística. A proposta é oferecer ao segmento logístico uma área com infraestrutura para armazenagem e desova de cargas. Nesse ambiente, seriam construídas instalações para humanizar o atendimento aos motoristas, com alojamentos, refeitórios, sanitários, além de funcionamento do setor de serviços. A intenção é minimizar os impactos no trânsito na distribuição das mercadorias, por meio de veículos mais leves, e criar condições de integração entre o transporte rodoviário e os modais (intermodalidade).



Desenvolver uma pesquisa de origem e destino de cargas. O objetivo é mapear o segmento rodoviário de cargas no ES, identificando o fluxo estadual de cargas e as cargas de passagem com destino a outros Estados. Como o controle do que é transportado no segmento rodoviário de cargas é feito pela Sefaz, o governo tem o registro das empresas de transportes de cargas na Junta Comercial e uma equipe de alta competência técnica no Ipes para desenvolver o trabalho de pesquisa.



A intenção do Transcares é quantificar o fluxo de cargas e identificar com maior precisão o tamanho da informalidade no segmento, além de atuar para a redução do número de acidentes nas estradas.

Fonte: Transcares.

Arte - Gilson

Escelsa. Ajudando a levar
o desenvolvimento a cada ponto
do Espírito Santo.





MOVIMENTO DE CARGA POR TIPO DE MERCADORIA NO TECA

Característica: Alto valor agregado (US\$ 10,00 / Kg)

IMPORTAÇÃO

Tipos de Mercadoria	% movimentado do total
1 TELEFONIA CELULAR	30
2 ELETRÔNICOS (INFORMÁTICA)	39
3 PEÇAS DE PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO	9
4 PEÇAS INDUSTRIAIS DE REPOSIÇÃO	11
5 EQUIPAMENTOS PARA REPROGRAFIA	6
6 MEDICAMENTOS DIVERSOS	1,5
7 MATERIA-PRIMA PARA MEDICAMENTOS	0,5
8 JÓIAS (RELÓGIOS)	0,1
9 METAIS PRECIOSOS	0,1
10 TECIDOS	0,05
11 ANIMAIS VIVOS / OBJETOS PESSOAIS	0,05
12 OUTROS	2,7

Fonte: Infraero

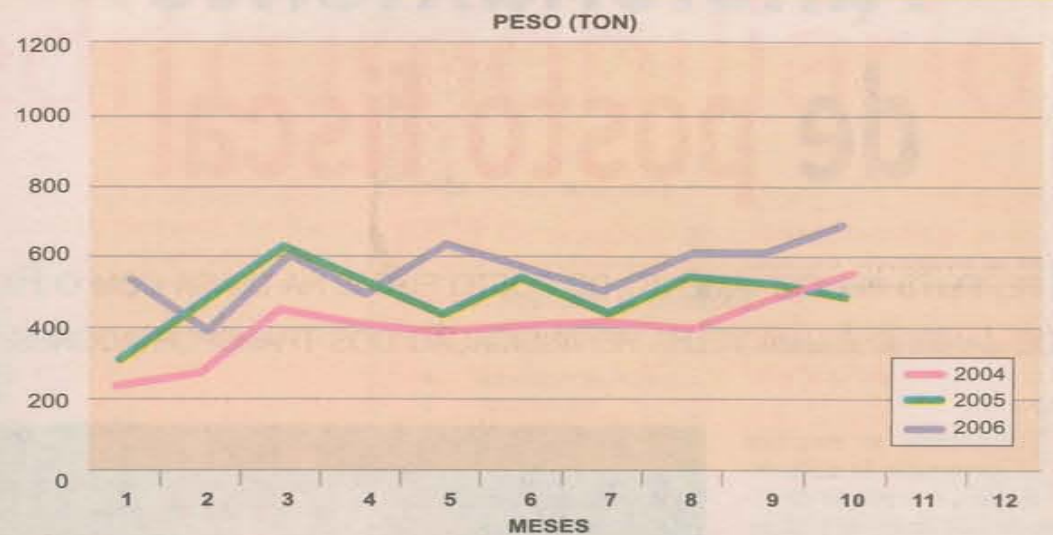
Arte - Gilson



MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (RECEBIDA) NO TECA / SBVT

A112176-4

ANO	PESO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL TON	EVOLUÇÃO NO PERÍODO
2006	TON	538	401	612	498	639	578	516	612	621	700			5.715	10,80
2005	TON	337	481	652	560	457	569	464	576	551	511	595	769	5.158	16,49
2004	TON	286	316	497	448	438	442	452	444	515	590	654	561	4.428	



Obras do Aeroporto de Vitória terminam em 2008

PELO CRONOGRAMA INICIAL, AS OBRAS DO AEROPORTO EURICO DE AGUIAR SALLES TERIAM DE ESTAR TOTALMENTE CONCLUÍDAS NO FINAL DESTES ANO

Problemas de contingenciamento financeiro em 2005 causaram desatualização nas obras do Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, provocando atrasos que deixaram a classe empresarial capixaba em polvorosa.

Em 2005, com o orçamento curto, as obras do Aeroporto de Vitória contaram com uma verba

de R\$ 20 milhões, quando o valor inicial previsto era de R\$ 80 milhões.

OPERAÇÃO PENTE-FINO

No segundo semestre de 2006, todas as grandes obras da Infraero, incluindo a de Vitória, passaram por auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Os técnicos do TCU

apontaram suspeita de superfaturamento em alguns itens dos contratos, tomando como base os preços praticados na tabela Sicro e tabela Sinapi da Caixa Econômica Federal, para a construção civil de obras populares e obras rodoviárias.

A Infraero e os consórcios construtores já apresentaram ao TCU todas as justificativas técnicas dos preços questionados, propondo a criação de uma tabela junto à Caixa, específica

Empresários querem nova pista

O atraso nas obras exigiu da sociedade civil organizada, da classe empresarial e dos executivos estadual e municipal, uma ação conjunta de forças.

A bancada federal capixaba também está na luta para a liberação de verbas, o que indica que, em termos de trabalho político, a maior pressão terá de ser em cima do Governo Federal, para desemperrar gargalos logísticos no Espírito Santo.

AJUDA OFICIAL

“Nosso governador, assim como nosso prefeito de Vitória, estão conscientes da questão do Aeroporto e têm acompanhado e nos ajudado de forma intensa e decisiva nesse processo”, disse o superintendente da Infraero.

Segundo Silvério, o projeto inicial das obras será mantido, mas há um fator de inquietação

expectativa, segundo a Infraero, é a de que o empreendimento fique pronto junto com a nova pista.

O projeto inclui, além do Terminal de Cargas, vias de acesso e áreas como pátio para aeronaves cargueiras, pátio para estacionamento de caminhões, áreas administrativas, entre outras. O Terminal atual, no último ano esgotou sua capacidade e está exigindo soluções provisórias para se evitar os gargalos nas operações aéreas de comércio exterior no Estado.

PISTA

De qualquer forma, o novo Teca já faz parte do projeto do novo aeroporto e depende da segunda pista. “Estamos trabalhando para que as duas coisas aconteçam juntas”, informou o superintendente da Infraero. Ele disse que o novo terminal não foi incluído no atual contrato, em razão da necessidade de consolidação

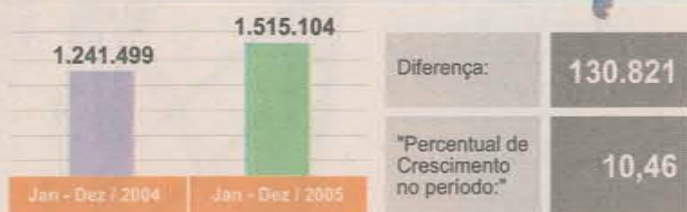




MOVIMENTO DO AEROPORTO



Número total de passageiros



Fonte: Infraero

Arte - Gilson

tabela junto à Caixa, específica para obras aeroportuárias. O TCU determinou, independentemente de quaisquer justificativas ou posicionamentos da Infraero ou dos Consórcios, a retenção de até 20% dos pagamentos das etapas.

"Esses contratamentos paralisaram na Infraero a assinatura de um necessário aditamento do contrato de Vitória, referente a ajustes de quantidades, e levaram os consórcios à justiça num primeiro momento e à posterior desaceleração das obras, ou seja, temos todo um cenário de amarração do processo enquanto o TCU não aprecia os argumentos apresentados", explicou o superintendente da Infraero Silvério Gonçalves. Ele disse que 36% das obras do aeroporto de Vitória já estão concluídos.

CONCLUSÃO

Pelo cronograma técnico, há



Nestor Müller

Silvério Gonçalves explicou os motivos do atraso nas obras do aeroporto

ainda mais um ano e meio de obras a serem realizadas, o que indica que, se tudo ocorrer no ritmo desejado, o novo aeroporto estará pronto no segundo semestre de 2008.

Mas para Silvério Gonçalves, não basta apenas ter um aeroporto novo. "É preciso, a partir da infra-estrutura pronta, estimular a sinergia junto a atrativos, de modo a trazer novos vôos e turistas ao Estado, para que se consolide o desenvolvimento do setor", observou.

inicial das obras será mantido, mas há um fator de inquietação que preocupa os empresários de comércio exterior: a construção de um novo e moderno Terminal de Logística de Carga (TECA), para atender ao modal aéreo.

"O setor de comércio exterior está ansioso pela nova pista, em razão das restrições que a atual oferece em termos de comprimento", disse Silvério Gonçalves.

Ele complementou, dizendo que o setor de comércio exterior precisa de uma pista maior, conforme o projeto do novo aeroporto define, para colocação de aeronaves de maior porte, visando à geração de maior capacidade e competitividade no transporte de cargas.

O Teca de Vitória, que será construído junto à Rodovia Norte-Sul, demandará investimentos da ordem de R\$ 70 milhões e terá capacidade para processar em média 15 mil toneladas/ano de cargas. A

ciúdo no atual contrato, em razão da necessidade de consolidação das demandas e dos respectivos projetos.

"O que estamos fazendo, em parceria com o Governo do Estado e com as entidades ligadas ao setor exportador, é levar o anseio do novo Teca à diretoria da Infraero, para que se estabeleça a necessária prioridade em relação a esse fato. No fundo, tudo depende de recursos e precisamos de mais verba", comentou Silvério Gonçalves.

Segundo ele, existe a intenção de promover o investimento no terminal de cargas, com a participação da iniciativa privada, discussão que está bem adiantada, com definição da área e local para a construção, bem como o chamado plano de massa da arquitetura.

"Dessa forma, podemos preparar o processo de licitação, para que a iniciativa privada participe desse empreendimento", disse Silvério Gonçalves.

Demanda cresce e apressa obras

Em 2005, a demanda no Aeroporto de Vitória cresceu mais de 22,5%, comparada à de 2004, segundo o superintendente da Infraero. Desde 2001 a demanda de passageiros vem crescendo acima da média nacional e o fechamento do ano de 2006 foi próximo de 1 milhão e 660 mil passageiros, ou seja, um crescimento de 9,4% em relação a 2005, que só não foi maior em razão dos últimos episódios do espaço aéreo.

"Se tivermos uma segunda pista e um terminal de cargas maior, abriremos amplas possibilidades de operação. É difícil fazer uma projeção de cargas para o novo Teca, mas as perspectivas são promissoras. Estamos crescendo a uma média de 13% ao ano na carga aérea", disse Silvério Gonçalves.

"Isso é um crescimento extraordinário, pois a carga aérea não costuma crescer dessa forma em outros terminais do País. Por isso está havendo algumas dificuldades no Espírito Santo, que exigem ações de solução de curto prazo", complementou.

Fetransportes quer interiorização das estradas

O DESENVOLVIMENTO REGISTRADO NO ESTADO EXIGE NOVAS OPÇÕES RODOVIÁRIAS NO INTERIOR

Para o presidente da Federação das Empresas de Transportes do Espírito Santo (Fetransportes), Luiz Wagner Chieppe o primeiro mandato do governador Paulo Hartung representou uma significativa melhora na malha rodoviária estadual, com importantes investimentos na recuperação e criação de alguns novos trechos.

Mesmo assim, devido ao acelerado processo de desenvolvimento econômico pelo qual atravessa o Espírito Santo, Wagner Chieppe ressaltou que há uma extensa carteira de projetos encaminhados, com recursos já aprovados, para dar prosseguimento a outras recuperações de estradas e também de novas ligações.

MELHORIAS TAMBÉM PARA O INTERIOR

“Assim como temos o eixo longitudinal litorâneo, que é a BR 101, existe a necessidade de se construir um eixo longitudinal interno, que é a infra-estrutura viária localizada na



Crédito da foto

Segundo Wagner Chieppe, o Governo Hartung deu atenção às rodovias capixabas

parte interna do território do Estado”, informou o presidente da Fetransportes.

O projeto a que ele se refere é paralelo à BR-101, cortando todo o interior do Estado. “Isso aumentaria a integração das regiões do interior e

seria também uma alternativa para diminuir o tráfego da BR 101. Cortaria o Estado de Norte a Sul, passando, porém, pelo interior”, complementou Wagner Chieppe.

18 LIGAÇÕES

Outro projeto interessante, citado pelo presidente da Fetransportes, diz respeito à infra-estrutura viária composta por 18 ligações entre municípios, entre eixos rodoviários e o interior do Estado, que seria complementar à malha rodoviária estadual.

“Isso complementaria as ligações hoje existentes, fazendo adequações no pavimento. Esse projeto possibilitaria a movimentação de pessoas e de cargas, atendendo às necessidades do setor de transportes e de arranjos produtivos locais”, disse Wagner Chieppe.

O projeto de infra-estrutura viária serviria para fazer uma integração com o eixo longitudinal Norte/Sul e, também, entre outras regiões, atendendo aos arranjos produtivos locais.

Novas rodovias desenvolvem turismo

Um outro projeto citado pelo presidente da Fetransportes, Wagner Chieppe, diz respeito à parte turística. Ele lembra que as estradas solicitadas ao governo estadual dão acesso a pontos turísticos interessantes, que estariam integrando os principais eixos.

“Isso levaria o desenvolvimento para o interior do Estado, gerando emprego e renda”, afirmou Wagner Chieppe. Como desafios para o novo mandato do governador Paulo Hartung, o presidente da Fetransportes citou a melhoria das áreas de infra-estrutura e de saneamento o quê, de certa forma, está ligado a melhoria da área de saúde.

REGIÃO METROPOLITANA

O transporte na Região Metro-

politana, com garantias para a mobilidade urbana, foi outro desafio destacado por Wagner Chieppe. “Esse assunto merece um tratamento especial, com oferta de um serviço público melhor, incentivando as pessoas a usar o veículo de transporte de massa e diminuir o transporte pessoal. Isso é uma das prioridades da Região Metropolitana”, frisou Chieppe.

Junto a isso vem também a discussão quanto à melhoria da infra-estrutura viária da Região da Grande Vitória, para melhorar o fluxo de veículos. “Um dos pontos importantes é a atuação do governador junto às instituições federais, para viabilizar a duplicação da BR 101 de Norte a Sul. A BR 101 tem de deixar de ser um gargalo, para ser

um fator de desenvolvimento estadual, canalizando investimentos para o interior do Estado. Deve-se começar a pensar em um novo Contorno de Vitória”, cobrou Wagner Chieppe.

DESAFIO

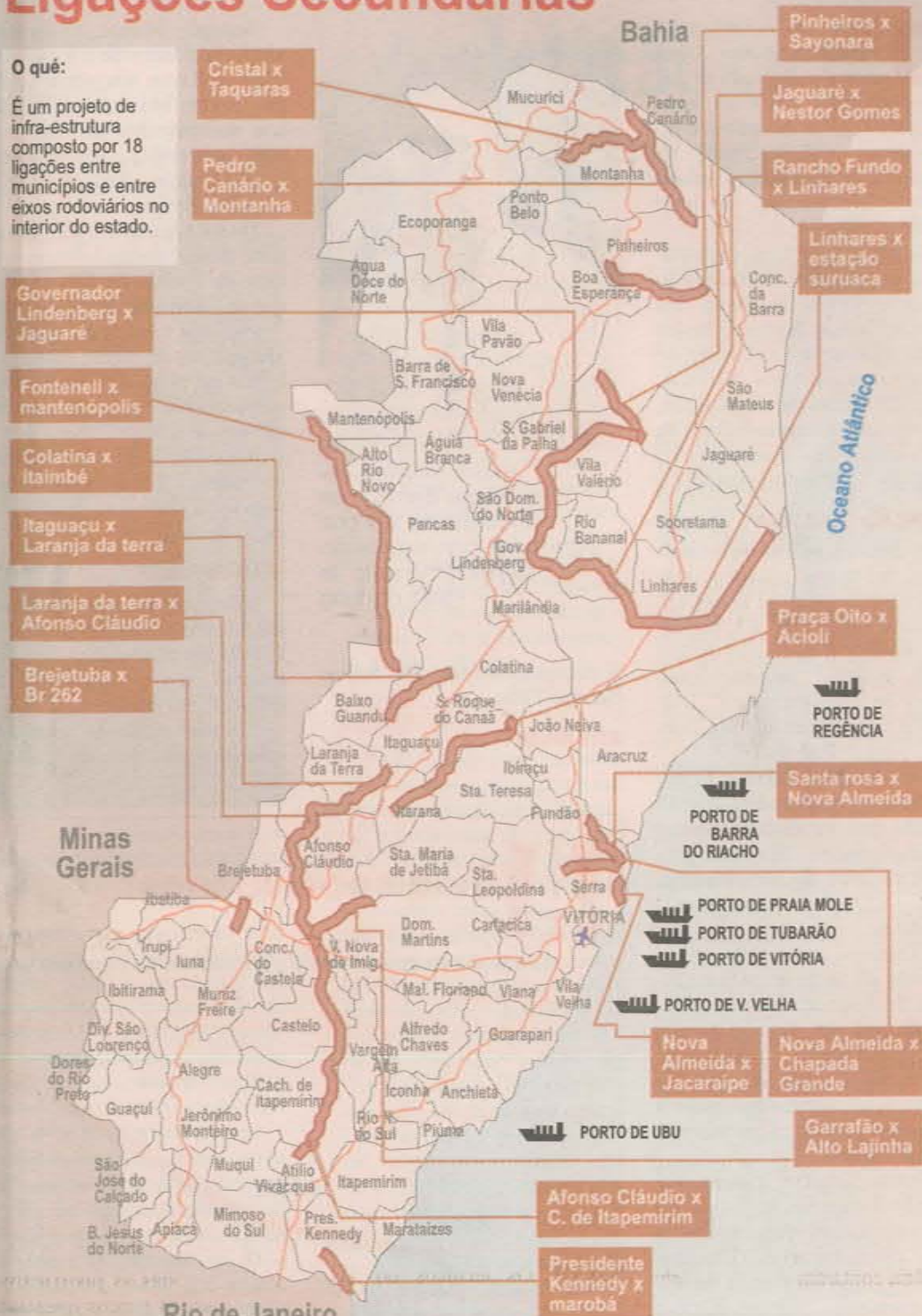
Em sua opinião, a BR 262 sofre o mesmo processo. “É um desafio para o governador junto à área federal. Uma outra questão é a portuária, no que diz respeito aos acessos portuários, tanto da Leste/Oeste quanto dos outros portos”, destacou.

Para Wagner Chieppe, a demanda logística do Espírito Santo requer ligações rodoviárias aos portos, até mesmo para Barra do Riacho, mesmo que a licitação esteja ainda em andamento.

Ligações Secundárias

O quê:

É um projeto de infra-estrutura composto por 18 ligações entre municípios e entre eixos rodoviários no interior do estado.



Sindicopes destaca obras

O PRESIDENTE DO SINDICATO ELOGIOU A FORMA DE ATUAÇÃO DO GOVERNO NA DISTRIBUIÇÃO E ATENÇÃO ÀS OBRAS

O setor da construção pesada obteve uma curva acentuada de desenvolvimento entre os anos de 2004 e 2006, na opinião do presidente do Sindicato da Construção Pesada do Espírito Santo (Sindicopes), Wilmar Barroso Filho.

As obras que mais se destacaram no primeiro mandato do governo Paulo Hartung, segundo Wilmar Barroso foram a pavimentação do trecho de São Mateus a Nova Venécia, além das obras de duplicação, que estão em andamento, da Rodovia Darly Santos e da Avenida Fernando Ferrari.

ATENÇÃO COLETIVA

“Uma característica marcante foi que o governo estadual não concentrou ações numa obra específica. Ele procurou atender à demanda do Estado inteiro, interiorizando ações de infra-estrutura”, avaliou o presidente do Sindicopes, Wilmar Barroso.

Para Wilmar Barroso Filho, o grande gargalo rodoviário do Estado está localizado nas rodovias federais. “Há outro gargalo na área de saneamento, com licitações pendentes”, lembrou.

“Teremos um grande investimento da parte privada na região de Anchieta. O meio ambiente será um desafio para o desenvolvimento sustentável do Estado, devido aos grandes projetos industriais que estão a caminho”, citou o presidente do Sindicopes.

Outro desafio citado foi quanto à questão logística do Espírito Santo, que envolve o setor de transportes. “Esse será outro desafio para o governo estadual”, disse Wilmar Barroso Filho.



Fotos de Flávia Fernandes

Para Wilmar Barroso, os em presários têm boa expectativa com relação ao segundo mandato de Paulo Hartung

Sindicopes, Wilmar dos Santos Barroso Filho.

ATIVIDADE

Segundo Wilmar, o setor está ativo em quase todo o Estado do Espírito Santo, nas obras públicas, e vem buscando colocação nos investimentos privados que vêm ocorrendo, como na Aracruz Celulose, Samarco, CST, CVRD e Petrobras.

Dados repassados pela assessoria de comunicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Infra-estrutura e dos Transportes (Sedit), apontam investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão em obras de infra-estrutura, rodovias e habitação, durante os anos de 2003 a 2006.

Na malha viária foram pavimentados 2,8 mil quilômetros, segundo a assessoria de comunicação da Sedit.

MÃO-DE-OBRA

Se a concorrência de empresas de outros estados não atrapalha, ela faz aumentar os desafios quanto à qualificação da mão-de-obra local.

“Temos realizado parcerias com o Senai, para melhorar a

qualidade da mão-de-obra local. Queremos um desenvolvimento sustentável”, disse Wilmar Barroso Filho. O Sindicopes possui cerca de 50 empresas associadas e o Estado atraiu mais de 20 empresas de outros estados brasileiros.

A expectativa para 2007 é de continuidade dos investimentos no setor público. O presidente do Sindicopes disse que há grande esperança quanto à continuidade do plano rodoviário e também quanto a um novo financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

“A continuidade do Projeto Transcol e o programa de investimentos das empresas privadas são também fortes fatores de esperança para o setor da construção pesada”, disse Wilmar Barroso Filho. Pelos cálculos do Sindicopes, serão aproximadamente R\$ 40 bilhões de investimentos nesse novo mandato, entre ações públicas e privadas.

Ademi-ES indica trabalho de intermediação

O presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Espírito Santo (Ademi-ES), Rodrigo Almeida, avalia que o momento da construção civil é excelente, com muitos lançamentos no mercado. Ele adverte, porém, que são muitos os desafios para o desenvolvimento sustentável.

Para Rodrigo, a expectativa quanto ao segundo mandato do governador Paulo Hartung está focada em ações que precisam ser intermediadas junto ao Governo Federal.

TRABALHO ÁRDUO

“São obras estruturantes para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. O governador Paulo Hartung terá amplo trabalho de intermediação com a esfera federal, para resolver os gargalos de infra-estrutura e de logística, pontos que atingem a



questão turística do Estado”, avaliou Rodrigo Almeida.

Ele disse, ainda, que a maior função do executivo estadual continuará sendo a criação de um ambiente propício para realização de negócios e para o desenvolvimento do Estado.

Infra-estrutura e turismo de lazer

Para o presidente da Ademi-ES, dois são os fatores que deverão ser trabalhados primordialmente: a infra-estrutura do Estado e a questão do turismo de lazer. “Há investimentos que precisam sair do papel, como o Aeroporto de Vitória e a construção do novo Centro de Convenções. Essas obras vão atender aos setores hoteleiro e de turismo”, disse Rodrigo Almeida.

Ele reforçou que as obras citadas dependem do Governo Estadual e também do esforço

para atender à Região Metropolitana, localizados em Vitória e no município da Serra.

DIVULGAÇÃO

“Outro ponto é a questão do turismo de lazer, pois o Estado é desconhecido do resto do País. É preciso ser feito um trabalho de ampla divulgação do Espírito Santo em nível federal, para ser um turismo de lazer qualificado”, observou o presidente da Ademi-ES.

Outras importantes obras de que o Estado necessita,



Outro desafio citado foi quanto à questão logística do Espírito Santo, que envolve o setor de transportes. "Esse será outro desafio para o governo estadual", disse Wilmar Barroso Filho.

LITORÂNEA SUL TRAZ EXPECTATIVA

A Ferrovia Litorânea Sul, anunciada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), é outra expectativa do setor da construção pesada, no que se refere a novos empreendimentos e desenvolvimento da Região Sul capixaba.

Apesar dos investimentos privados que estão a caminho, Wilmar Barroso Filho aposta em obras nas áreas de Saúde, Educação e Segurança por parte do Governo do Estado, como grande carro-chefe desse segundo mandato.

SINDICOPES QUER CONTINUIDADE DE OBRAS PÚBLICAS

Devido à retomada da capacidade de investimentos do Estado, o setor da construção encontra-se bastante ativo e tem até atraído a atenção de empresas de outros estados, para empreendimentos no Espírito Santo.

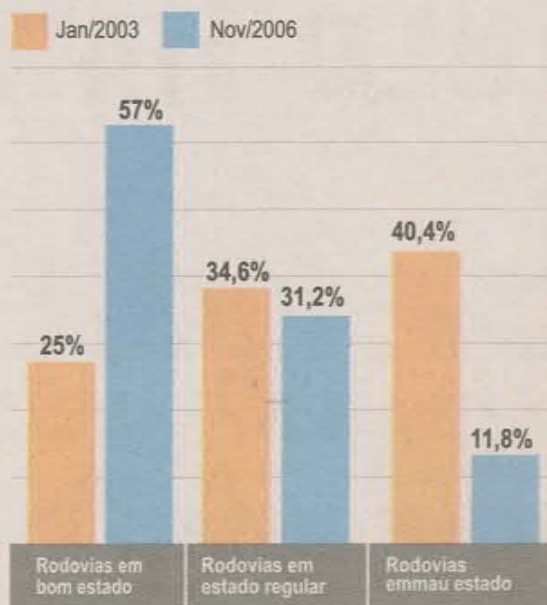
"Temos enfrentado um pouco de concorrência externa, mas nada que atrapalhe o setor capixaba", comentou o presidente do



* A previsão para o ano de 2006 é de R\$ 800 milhões, sendo R\$ 500 milhões em infra-estrutura, porém, parte desses recursos devem ficar inscritos em restos a pagar devido a atraso no andamento de alguns contratos.

A previsão para 2007 é de R\$1100 milhões

Situação da malha viária estadual



Fonte: Sedil

Principais Intervenções

- Pavimentação do Trecho Serra Pelada - Laranja da Terra, com 21,5 Km de extensão. - Previsão de conclusão: início de 2007
- Pavimentação Trecho São Mateus - Nova Venécia, com 61 Km de extensão. (Inaugurado)
- Pavimentação Trecho Iconha - Vargem Alta, com 32Km de extensão. Inaugurado de Vargem Alta até Rodeio-12Km e contorno de Iconha-5Km)- Previsão de conclusão: início de 2007.
- Duplicação Rodovia Darly Santos, com 5,4Km de extensão (Projeto Transcol)- Previsão de conclusão: início de 2007



Fonte: Sindicopes

Arte - Glison

que precisam sair do papel, como o Aeroporto de Vitória e a construção do novo Centro de Convenções. Essas obras vão atender aos setores hoteleiro e de turismo", disse Rodrigo Almeida.

Ele reforçou que as obras citadas dependem do Governo Estadual e também do esforço da bancada federal junto ao Governo Federal. Rodrigo Almeida lembrou que estão programados seis novos hotéis

no resto do País. É preciso ser feito um trabalho de ampla divulgação do Espírito Santo em nível federal, para se ter um turismo de lazer qualificado", observou o presidente da Ademi-ES.

Outras importantes obras de que o Estado necessita, citadas por Rodrigo Almeida, foram o Porto de Barra do Riacho e a duplicação da rodovia BR 101.

Entidade cobra reestruturação do INSS local

Ainda quanto à intermediação estadual com a esfera federal, o presidente da Ademi destacou que será necessário um trabalho de estruturação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) no Estado.

"Dependemos do INSS para registrar os imóveis. Pelas normas, o INSS deveria ter até 10 dias para entregar os documentos, mas está demorando até 90 dias", reclamou Rodrigo Almeida.

A demora atrapalha o ritmo de desenvolvimento do setor da construção civil. "Isso tem gerado um prejuízo para as construtoras e transtorno para os compradores de imóveis", disse o presidente da Ademi-ES.

Outro desafio que o governo estadual terá, na opinião de Rodrigo Almeida, será a integração da Região Metropolitana, com destaque para a questão do trânsito de veículos.



A tradição de 60 anos do Grupo H Freitas, composto pelas empresas Frecomex, Vitality e Armex, sabe que competência, respeito e dedicação são fundamentais.

O reequilíbrio do Estado do Espírito Santo é resultado do caminho escolhido por nosso Governador, caminho este que une o progresso social, tecnológico, político à tradição e cultura de nossa gente.

Nós, do Grupo H Freitas, temos a missão de prestar serviços de alta qualidade na área de Comércio Exterior, fazendo com que nossa intervenção no mercado influa decisivamente na consolidação das metas e objetivos de nossos Clientes, com significativa redução de custos nas diversas etapas que compõem o nosso processo de importação ou exportação. Assim, apoiamos e somos aliados ao nosso Governador por mais 4 anos de trabalho decisivo na economia e no desenvolvimento do nosso Estado.

O grupo H Freitas sente-se orgulhoso por ter este homem novamente no comando do Estado. Por isso, parabenizamos Paulo Hartung pela reeleição, pois só quem trabalha com seriedade se mostra apto a permanecer à frente de um Estado.

O verdadeiro valor de um homem não tem medidas, mas sim uma sublimação encontrada em seus atos e em seu ser.



A Diretoria da ACV – Associação Comercial de Vitória, centenária entidade empresarial do Espírito Santo, participa das alegrias dos capixabas com o segundo mandato consecutivo do governador

PAULO HARTUNG,

convicta de que serão mais 4 anos de administração séria, competente e totalmente voltada para o desenvolvimento sustentável do nosso Estado.

Robson Andrade Cerqueira
Presidente da ACV

José Arnaldo de Andrade
Presidente do Conselho Superior

Antonio César de Andrade
Vice-Presidente

Moacyr Bonelli
Vice-Presidente

Nicolau Emilio Covre
Vice-Presidente

Elcio Alves
Diretor Secretário

João Carlos Ribeiro Vargas
Diretor Secretário

Hélio Moreira Dias de Rezende
Diretor Tesoureiro

Danilo Alpino
Diretor Tesoureiro

Ibson Xavier Bozi
Diretor de Imprensa e Divulgação

Edson Haje Silva
Diretor de Infra-Estrutura

José Henrique Neffa
Diretor Social e de Eventos

Jorge Aurélio Brown
Presidente do Conselho Fiscal



Fecomércio pede segurança e igualdade tributária

O PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO, JOSÉ LINO SEPULCRI, DIZ QUE OS COMERCIANTES CAPIXABAS SÃO PREJUDICADOS PELA ATUAL POLÍTICA FAZENDÁRIA

A Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo (Fecomércio/ES) comemora o resultado do trabalho político-administrativo dos primeiros quatro anos do Governo Hartung, segundo o presidente da entidade, José Lino Sepulcri.

Segundo Lino, o comércio espera, neste novo mandato, um esforço extra para a melhoria da segurança pública, cuja situação, hoje, representa um grande obstáculo na atração de investimentos. Espera também, acrescentou Lino, o alcance de igualdade de condições com outros estados, no processo de comercialização e pagamento de tributos.

DESEMPENHO E CRESCIMENTO

O comércio capixaba está experimentando um bom desempenho e tem a expectativa de crescimento de 7% nas vendas, superando o índice de 2005, que ficou em torno de 5%. Os números mostram a força do setor para a economia e refletem o bom momento que o Espírito Santo atravessa. Entretanto, esse cenário não muda o desejo dos comerciantes de uma igualdade tributária com outros estados, para melhorar suas condições de competitividade.

Para que isso aconteça, segundo o presidente da Fecomércio, José Lino Sepulcri é necessário pôr um fim à idéia de que as leis dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais não devem ser copiadas pelo Espírito Santo. Na opinião dele, os processos de comercialização, de circulação



Carlos Alberto da Silva

A deficiência na segurança pública é considerada um entrave para o comércio capixaba

de mercadorias e os impostos devem ser universalizados.

O comerciante capixaba merece o mesmo tratamento, dentro da lei, que qualquer comerciante brasileiro e, partindo desse princípio, o presidente da Fecomércio coloca em discussão o tema: "Leis diferentes para comerciantes semelhantes e moeda igual". "Precisamos apenas de igualdade para competir. Leis iguais, tratamento igual e responsabilidade igual", desabafou.

SEGURANÇA

Uma outra questão que afeta

seriamente o comércio é a falta de segurança que, segundo José Lino, representa um enorme gargalo no desenvolvimento econômico nacional. "Um grande esforço governamental terá que ser feito no campo da segurança pública. Por estar numa região favorável aos bandidos, nesse eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais-Bahia, o Estado do Espírito Santo sofre uma pressão muito grande desses migrantes ocasionais, daí a violência que observamos", comentou.

E esse problema tem um reflexo imediato no bolso do co-

merciante, que precisa investir pesado em sistemas de segurança, com a instalação de equipamentos e contratação de vigilantes. O comércio, segundo Sepulcri, é o setor que mais emprega vigilantes no Espírito Santo, com um índice que chega a 49% do total do Estado.

Nesse sentido, a Fecomércio tem procurado soluções junto aos órgãos de segurança pública do Estado e também está colaborando com a manutenção do Disque-Denúncia, uma importante ferramenta no combate ao crime no Espírito Santo.

Satisfação com os resultados

De acordo com José Lino, o Estado está vivendo um grande clima no campo do desenvolvimento econômico e social. Não só o comércio, mas outros segmentos são atraídos pelo desenvolvimento das regiões. Se a região está bem, o comércio também vai bem.

"Tivemos 12 anos de estagnação econômica. Todo mundo tinha pavor em vir para o Espírito Santo, tamanhas as pressões para quem desejasse investir. Bastou entrar um governante sério para essa repulsa mudar", disse.

TRABALHO E PARTICIPAÇÃO

O Estado do Espírito Santo não é mais o mesmo com esse Governo e sua equipe. Segundo o presidente da Fecomércio, o crescimento foi grande e a arrecadação de impostos, nos quatro anos dessa administração, cresceu 120%.

"Temos um apreço muito grande pelo governador Paulo Hartung, pelo saneamento financeiro e moral que ele fez na administração pública do Espírito Santo. Qualquer observação que se faça sobre seu Governo, será simples esforço de retórica. O resultado está na extraordinária votação que teve, mercê de seus esforços, de sua liderança", disse.

Os segmentos de comércio de bens, serviço e turismo participam com 83% da arrecadação



do ICMS do Estado do Espírito Santo e, segundo José Lino, "é preciso fazer prevalecer a força dos segmentos empresariais do comércio, para viabilizar o desenvolvimento econômico e social do Estado e, por que não, do próprio empresariado e seus empregados".

REPRESENTAÇÃO

A Fecomércio reúne segmentos empresariais da área de comércio, representados pelas suas respectivas entidades de classe. Por meio de um Conselho de Representantes a instituição quer traçar uma política de união do comércio do Espírito Santo, para a busca dos seus interesses comuns.

A instituição tem, em todo o Estado, aproximadamente 80 mil empresas filiadas e congrega hoje 19 sindicatos. Entretanto, José Lino afirma que a instituição não dispõe de dados estatísticos das novas empresas criadas e das que fecham sem pedir o cancelamento na Junta Comercial.

Desenvolvimento Sustentável é o alvo

O GOVERNO PAULO HARTUNG DEU VIDA NOVA AO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) nos seus 30 anos de existência passou por períodos difíceis, mas desde 2005 vem atuando de forma ativa e criativa em planejamentos e projetos, para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo junto às demais áreas do Governo e da sociedade capixaba.

Hoje, o Instituto tem seus estudos e projetos focados em áreas como Economia e Desenvolvimento, Desenvolvimento Urbano, Estudos Sociais, Desenvolvimento Metropolitano, Produção de Estatísticas e Indicadores, Sistema de Informações Georreferenciadas, Assessoramento aos Municípios e Projetos Especiais.

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

De acordo com a diretora-presidenta do IJSN, Luciene Maria Becacici Esteves Vianna, a questão do planejamento é especial e quem valoriza a boa prática da política e da técnica sabe como planejar é fundamental.

Segundo Luciene, é impossível investir os recursos públicos

de forma racional e otimizada, se não houver um planejamento prévio. "A busca da qualidade da gestão pública, dos serviços prestados pelo poder público, tem que ser pautada por um planejamento", disse Luciene.

Com esse modelo de gestão houve uma retomada rápida dos investimentos públicos e privados no território capixaba e, segundo Luciene, os números, permanentemente monitorados pelo IJSN, mostram essa realidade.

Luciene diz que o Estado superou em muito as metas inicialmente estabelecidas para o primeiro período desse Governo. Segundo ela, houve um choque ético com o resgate dos valores morais na gestão pública, há muito tempo perdidos.

Além da recuperação do equilíbrio econômico e financeiro, que permitiu não somente atualizar, mas promover melhorias salariais e realizar concursos para aprimorar os recursos humanos, com a valorização dos servidores do Estado. No atual Governo houve um acréscimo líquido da ordem de 200% nos investimentos privados se comparados aos investimentos nos triênios 2000/2002 e 2003/2005.



Flávia Fernandes

Luciene Maria Becacici Esteves Vianna falou sobre a importância do planejamento numa administração

Áreas de Estudos e Projetos

Na área de Economia e Desenvolvimento, o IJSN tem como principal atividade o tratamento sistemático de dados básicos para a geração de indicadores de desenvolvimento econômico do Estado.

Estuda o Comércio Exterior, gerando estatísticas relativas aos Portos e Empresas do Estado, calcula o PIB Estadual e Municipal e monitora os investimentos no Espírito Santo.

No Desenvolvimento Urbano, atua na elaboração de estudos e projetos de natureza físico-territorial e multisetorial no âmbito

global, regional e municipal; presta assessoramento técnico aos municípios; desenvolve mapas temáticos e subsidia a elaboração de instrumentos urbanísticos de gestão.

É o caso dos Planos Diretores Municipais, da Regularização Fundiária, do Parcelamento do Solo e de Macrozoneamentos Sócioeconômico-ambientais, além de mapear o Sistema de Transporte Escolar Rural e as áreas de risco no Estado.

A coordenação de Estudos Sociais tem a finalidade de subsidiar a formulação de políticas

públicas destinadas à redução das desigualdades e, para isso, ele gera estudos aprofundados sobre a realidade do Estado, principalmente nas áreas de Educação, Renda, Saúde e Segurança Pública.

O IJSN também realiza análises para identificar as causas das possíveis disfunções diagnosticadas no sistema educacional, com a finalidade de nortear políticas eficazes de atuação setorial, e levantamentos para a produção de indicadores de Violência contra a Criança, o Jovem e a Mulher.

Becacici vê desafios maiores

Segundo a presidenta do IJSN, os desafios nesse segundo mandato são ainda maiores, porque é preciso superar o primeiro e atender às expectativas da sociedade. "As mudanças em curso objetivam criar o instrumental e a ambiência necessários para que se consolide a rota de desenvolvimento sustentável desse Estado, traçada no Plano Estratégico ES 2025", relatou Luciene.

HISTÓRIA

A história da criação do Instituto Jones dos Santos Neves data da década de 70 quando, em dezembro de 1975, pela Lei 3.043, foi instituída a Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN), nascendo com a importante missão de planejar o Espírito Santo.

Em 1996, por meio da Lei Complementar 75, o órgão passou a se chamar Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes), objetivando a captação de recursos na área de pesquisa.

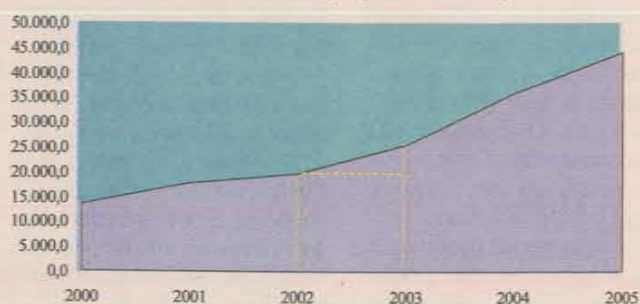
De acordo com Luciene, ao

longo de muitos anos o órgão foi ignorado pelo Governo Estadual. Só se manteve em atuação pelo esforço empreendido por seus servidores que, "heroicamente insistiram em captar estudos e elaborar projetos que julgavam relevantes junto a parceiros públicos e privados".

No início do primeiro mandato desse Governo, o IJSN, então conhecido como IPES, era vinculado à pasta de Ciência e Tecnologia. Mas em dezembro de 2005, por meio da Lei Complementar 344, o órgão voltou à sua denominação original – Instituto Jones dos Santos Neves – (IJSN), retomando sua tradição de trabalho, que é planejar o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, no âmbito global, regional e municipal.

Para essa missão, o Instituto realizou seu próprio Planejamento Estratégico em consonância com as diretrizes do Plano de Governo, definindo uma nova linha programática de atuação, pautada nas prioridades setoriais.

Evolução na Carteira de Investimentos previstos ou em execução (milhões de reais)



Indústrias que atuam no mercado interno têm problemas

CONCORRÊNCIA ATÉ DE INDÚSTRIAS ESTRANGEIRAS, COMO AS ASIÁTICAS, AGRAVA AS DIFICULDADES DO SETOR

Atualmente, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) é constituída por 31 sindicatos patronais, que representam 8,5 mil indústrias. Essas indústrias geram 137 mil empregos diretos e algo em torno de 410 mil empregos indiretos, totalizando cerca de 550 mil empregos diretos e indiretos no Estado.

Estima-se que 2 milhões de pessoas dentro do Espírito Santo dependem direta ou indiretamente da indústria capixaba. Na opinião do presidente da Findes, Lucas Izoton, alguns setores da indústria capixaba estão se destacando, principalmente no comércio internacional.

VOLUME DE EXPORTAÇÕES

“Da nossa pauta de exportações de aproximadamente US\$ 6,5 bilhões, 46% referem-se a minério de ferro; 23% de aço; 12% de celulose; 11% de rochas ornamentais e 4% de café, sobrando para todos os demais setores uma parcela muito pequena”, disse Lucas Izoton.

Segundo ele, os setores citados conseguiram, apesar da baixa cambial, reajustes dos preços de seus produtos, o que está fazendo com que as empresas que atuam nesses ramos apresentem ótimos resultados.

“Já a indústria capixaba que depende do mercado interno (nacional e estadual), está tendo al-



Flávia Fernandes

Lucas Izoton diz que a economia capixaba mostra excelentes resultados

gumas dificuldades”, comentou o presidente da Findes.

Em sua opinião, setores como o moveleiro, o de confecções e o de calçados apresentam dificuldades, pois o mercado nacional

está restrito e, em alguns casos, como no setor de confecções, o Brasil está sofrendo invasão de produtos asiáticos, principalmente chineses, baixando o nível de negócios.



Flávia Fernandes

A ameaça de um apagão logístico, principalmente no setor rodoviário, é uma preocupação dos industriais capixabas

Desafios e gargalos

Lucas Izoton reconheceu que, apesar da excelente localização do Espírito Santo, o Estado apresenta problemas de logística, principalmente na área portuária e na falta de uma retroárea.

“Esse é um gargalo que está fazendo com que alguns produtos como rochas e café utilizem portos do Rio de Janeiro para exportação. Temos ainda alguns entraves no que diz respeito às nossas rodovias”, observou o presidente da Findes.

ALTERNATIVAS

“Só em torno da Rodovia Darly Santos, em Vila Velha, temos cerca de 10 milhões de metros quadrados de áreas que podem ser utilizadas como retroárea. Tu-

do isso pode facilitar. Acredito também que com a nova Rodovia 447, que ligará a Ceasa à Darly Santos, teremos condições de ampliar áreas destinadas à logística também no município de Cariacica, o que vai facilitar o crescimento empresarial desse município da Grande Vitória, que passa por dificuldades”.

Para Lucas Izoton, é necessário acelerar a solução desses gargalos, como também as obras do Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, em Vitória; a operação do porto de Barra do Riacho e a melhoria das rodovias federais e estaduais. “Só com a solução desses problemas é que o Estado terá condições de continuar expandindo seu comér-

cio exterior”, disse Izoton.

MÃO-DE-OBRA

A capacitação da mão-de-obra, sobretudo a de nível específico, também é outro desafio da indústria capixaba, uma vez que é necessário suprir a demanda dos grandes projetos industriais.

Lucas informou que, atualmente, o Estado, que só representa 2% do Produto Interno Brasileiro (PIB), gera 5% de todo o comércio internacional do País, fazendo com que o nível de participação do comércio internacional capixaba, em relação a seu PIB, seja igual ou acima dos países desenvolvidos. “O Espírito Santo é o Brasil que está dando certo”, comparou o presidente da Findes.

ROBERTO DA CUNHA PENEDO
DIRETOR-PRESIDENTE

Banestes: novos produtos e atuação no crédito imobiliário

Com quase 70 anos de atuação, o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) superou as expectativas no primeiro mandato do governador Paulo Hartung, recuperando sua atuação no mercado financeiro e voltando a dar lucro. A instituição conseguiu dar a volta por cima, saindo de um prejuízo de R\$ 34 milhões para alcançar lucros superiores a R\$ 120 milhões. No ranking nacional, o Banestes se destaca na Bolsa de Valores, alcançando o sexto lugar entre as 20 melhores empresas em retorno sobre o patrimônio, segundo indicação da Revista Dinheiro, alcançando índice de 48,3%. Considerado um dos mais importantes fomentadores do crescimento do Estado, o Banestes foi indicado, pela classe empresarial, para privatização, apesar de estudos aprofundados não terem sido ainda apresentados ao governador Paulo Hartung. O diretor presidente do banco, Roberto da Cunha Penedo, informou, nessa entrevista, como anda a saúde financeira do Banco.

Como o senhor avalia a atuação do Banestes no primeiro mandato do governador Paulo Hartung?

O Banco enfrentou, durante o primeiro mandato do governo Paulo Hartung, principalmente no início, problemas enfrentados pelo próprio governo. Ou seja, a necessidade de recuperação física e financeira, sobretudo a recuperação da postura ética e de negócios do Banco. No governo anterior, o Banestes apresentou um prejuízo de R\$ 34 milhões, findando com um patrimônio de R\$ 56 milhões – situação que tornou o Banco instável. A postura do governador Paulo Hartung, de recuperar o Banestes, não só do ponto-de-vista do apoio político, mas também com a determinação de ter uma diretoria técnica, foi fundamental para que o banco pudesse se soerguer.

dar maior rentabilidade às suas ações. O Banestes buscou parcerias, retornou ao mercado de Pessoas Jurídicas (PJ), pois o banco ficou muito tempo operando com pessoas físicas – quase que exclusivamente com funcionários públicos – o que, efetivamente, não tornava o Banco rentável.

Em que ano o banco voltou a apresentar lucro?

A partir do momento em que



Flávia Fernandes



Operações de crédito totais por setores econômicos

Posição: junho/2006

Sector	Sector de Atuação do Beneficiário	Saldo em R\$
1	Administração Pública	-
2	Agropecuário	3.905.483
3	Alimentos e Bebidas	23.991.304
4	Automotivo	649.913
5	Comércio	164.360.156
6	Construção e Imobiliário	65.964.261
7	Eletroeletrônicos	1.508
8	Eletricidade, Gás e Água	9.940.736
9	Financeiro	2.154.154
10	Madeira e Móveis	22.222.625
11	Máquinas e Equipamentos	4.235.795
12	Mineração	24.674.933
13	Papel e Celulose	210.181
14	Petróleo e Gás Natural	20.782.750
15	Químico e Petroquímico	5.992.637
16	Educação, Saúde e outros Serviços Sociais	29.642.872
17	Serviços Privados	11.128.848
18	Siderurgia e Metalurgia	9.728.479
19	Telecomunicações	8.785.700
20	Têxtil e Confecções	9.688.738
21	Transportes	19.316.985
22	Crédito Consignado	-
23	Pessoa Física (Cartão de Crédito/CDC/Imobiliário/Etc.)	139.262.545
24	Outros	511.531.855
TOTAL		1.086.172.450

Fonte: Banestes

Arte - Gilson

de veículos novos e usados; ao processo de consignação com o INSS e o cartão bandeira própria, que também são produtos em que o banco aposta muito, mas que ainda não tiveram o sistema concluído mas que, com certeza, estarão disponíveis ainda no ano fiscal de 2007, não para todos os clientes. O Banestes deverá iniciar o processo com uma carteira de 400 mil cartões. Também estamos estudando, não para 2007, mas início de 2008, a reabertura da carteira de crédito imobiliário que, atualmente, se encontra fechada.

quanto às taxas de juros. Grande parte de quem está praticando hoje, tem uma fonte de recursos específica, principalmente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cuja utilização permite um empréstimo com juros a 12% ao ano. Para as demais instituições financeiras, muito se tem falado, mas pouco se tem feito em termos de crédito imobiliário.

O Banestes já definiu qual será a taxa de juros do crédito imobiliário a ser oferecido em 2008?

Quais as ações que o Banco trabalhou?

O Banestes trabalhou em duas frentes. Uma no sentido da eficiência administrativa mais elevada, com redução de custos e racionalização de despesas. Em outra o Banco buscou a concretização de novos negócios, objetivando

A partir do momento em que retornou às operações básicas iniciais, isso efetivamente a partir de 2004. Foi quando o Banestes voltou a ter vida.

Quais as ações que ajudaram a levantar o Banestes?

Fundamentalmente o conceito de parcerias. Tivemos um reajustamento de todo o pro-

cesso das taxas de juros dos produtos do Banestes, de tal maneira que lançamos o desafio de que não perdemos negócios em função das taxas de juros cobradas. Temos um processo de competição acirrada no mercado financeiro. O Banestes participa do mercado, cobrando taxas competitivas, melhorando a qualidade de seus serviços e, principalmente, agilizando decisões. Isso foi fundamental para que conseguíssemos nos impor no mercado financeiro do Espírito Santo.

Como o Banco fechou o ano de 2006?

Não temos ainda a posição de balanço encerrada. A nossa expectativa inicial era de um resultado de R\$ 100 milhões. Em meados de 2006, crescemos essa expectativa para R\$ 120 milhões e, agora, nossa perspectiva é chegarmos a R\$ 130 milhões de lucro em 2006.

E a questão da privatização, proposta pela Findes?

É um direito da Findes propor ações, mas isso é uma questão que não está na mesa de discussão da diretoria do Banestes. Continuamos trabalhando com os mesmos princípios e objetivos do primeiro mandato do governador Paulo Hartung, no sentido de rentabilizar ao máximo o Banestes, que enfrenta uma concorrência pesada no mercado financeiro, disputando espaço com grandes grupos

econômicos. A única maneira viável, para que o Banestes continue crescendo, é de que ele seja rentável, ágil e muito eficiente.

Quanto ao segundo mandato, quais serão as linhas de trabalho do Banestes?

O banco continuará trabalhando no sentido da busca da eficiência, pois esse é o nosso dever de casa. Procuramos a redução de despesas, maior eficiência nos gastos e ganhar novos mercados. Temos expectativa de trabalhar em 2007 com uma série de produtos que o banco não tinha em 2006 e que, com certeza, irão somar no portfólio do Banestes e na carteira comercial. Refiro-me ao "Compro e Vendo", que é um produto que o banco não tinha; ao CDC, que estamos nos preparando para lançar, que é o financiamento para lojistas; refiro-me ao CDC Veículos, que é o financiamento para compra

se encontra fechada.

Esse crédito imobiliário é para atender a que classe social?

Principalmente, a classe média e a média baixa, que fazem parte do grosso de nossa clientela. Muito se fala a respeito do crédito imobiliário, mas hoje poucos estão efetivamente praticando, haja vista a dificuldade

2008?

O mercado fala numa taxa de juros razoável, em torno de 12%, mas isso é um problema, devido à taxa Selic. Essa é uma equação que teremos de trabalhar.

O financiamento imobiliário do Banestes está programado para quantos anos?

Em torno de 20 anos para o pagamento.

PROJETOS PRIORITÁRIOS

1 Crédito via canais eletrônicos (já implantado);

2 Consignação em Folha - Para empregados de empresas públicas e privadas, com desconto em folha de pagamento (já implantado);

3 Cartão de crédito com bandeira própria (em desenvolvimento);

4 CDC para financiamento de veículos (em conclusão);

5 Banestes Financeira (atingindo as classes C, D e E com mais ênfase (em desenvolvimento);

6 Segmentação do cheque especial com diferenciação por cliente (já implantado);

7 Vendedor e Comprador para pessoas jurídicas (em conclusão)

8 Crédito Rural - Alinhado à política de interiorização do desenvolvimento preconizada pelo Governo do Estado, facilita o acesso ao crédito a significativa parcela dos agricultores familiares de nosso Estado (já implantado);

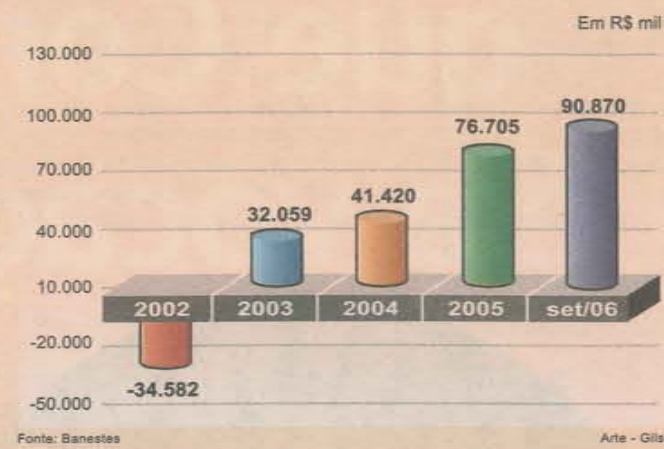
Fonte: Banestes

9 Microcrédito - destina-se a população de baixa renda e a micro e pequenos empreendedores contemplando pessoas físicas e jurídicas. O valor financiado varia de R\$ 200 a R\$ 1,5 mil, com juros de 1% ao mês e prazo de pagamento entre 4 e 12 meses, com carência máxima de 01 mês e prestações mensais fixas (já implantado);

10 COB - Correspondente Bancário - Rede alternativa focada à prestação de serviços de arrecadação eletrônica de documentos e pagamentos. Pode ser utilizada por correntistas e não correntistas do Banco. Também disponibilizados os serviços de arrecadação e saques com cartão, inclusive saque com o cartão de pagamento de benefícios do INSS e com o cartão salário eletrônico (já implantado);

Arte - Gilson

RESULTADO LÍQUIDO ANUAL



REDE DE ATENDIMENTO - QUANTITATIVO

UNIDADES	2003	2004	2005	2006 (*)
Agências	91	97	107	122
Postos Avançado de Atendimento	11	9	0	0
Postos de Atendimento Bancário	50	46	43	31
Postos de Atendimento Bancário Eletrônico	68	191	191	212
Correspondentes Bancários	13	28	146	358

(*) Posição: out/2006

Fonte: Banestes

Arte - Gilson



A persistência, a competência, a ética, o ser humano, Paulo Hartung, fazem o destaque em nível nacional do nosso Estado.



HAROLDO CORRÊA ROCHA
DIRETOR-PRESIDENTE

Bandes de cara nova e de olho nos pequenos negócios

O trabalho do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) está voltado para acompanhar o desenvolvimento econômico do Espírito Santo. A instituição procura melhorar a capacidade de atendimento à clientela e também estreitar o relacionamento com os segmentos prioritários da economia capixaba. Em 2007, o Bandes completa 40 anos e incorpora nova roupagem, com apoio ao microempreendedor. A instituição trabalha com as linhas oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com recursos geridos pelo próprio banco, provenientes do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e do Fundapsocial; do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec) e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Vitória (Fumdev), que é proveniente do repasse de royalties do petróleo. Para falar sobre a atuação do banco, o diretor-presidente da instituição, Haroldo Corrêa Rocha, frisou algumas ações, como mostra essa entrevista.

O Bandes nasceu voltado para apoiar grandes investimentos industriais e, atualmente, ganha uma nova roupagem, com valorização dos pequenos agricultores familiares. Como ocorreu isso?

O Bandes buscou um novo papel: apoiar o microempreendedor, principalmente o que não tem pessoa jurídica (PJ) registrada. Com o programa Nosso Crédito, do Governo do Estado, conseguimos oferecer essa nova roupagem econômica. Procuramos também, no trabalho de atualizar as ações do Bandes, desenvolver linhas de crédito específicas para apoiar as exportações e também as empresas fornecedoras, que trabalham para os grandes projetos industriais.

médias empresas, e precisam do apoio do crédito à exportação. Temos também uma faixa de 220 empresas, que formam a rede de fornecedores locais, e têm dificuldade de acesso ao crédito.

Quais os programas que demonstram a nova cara do Bandes?

O Nosso Crédito, o Pequeno Agricultor, o Fornecedor e o Exportador fazem parte da nova cara do Bandes. O banco, que atendia, praticamente, às atividades industriais de grande porte, hoje traba-



Flávia Fernandes

lha com micro, pequenos e médios negócios, ligados à agricultura, à atividade informal urbana, ao fornecedor das grandes empresas e aos arranjos produtivos locais exportadores. Setenta por cento de nossa clientela hoje são de pessoas físicas, principalmente os agricultores.

E no que diz respeito às atividades de petróleo no Estado?

O Bandes também está de olho na atividade petrolífera que toma conta da economia capixaba. A Prysmian Cabos e Sistemas, que é o novo nome da Pirelli Cabos e Siste-

Crédito, criado em meados de 2003, nasceu com apenas 4 agências, em 4 municípios, e atendeu a 53 clientes. Em 2006, atendemos a 5.760 clientes e aplicamos R\$ 16,7 milhões. Em 2002, o Bandes atendeu a aproximadamente 800 agricultores e, em 2006, foram atendidos 2,9 mil agricultores. Em 2002 aplicamos R\$ 12 milhões e, em 2006, foram aplicados R\$ 57 milhões.

Devido ao Sistema Fundap, o Bandes atua na formação de infra-estrutura logística, com armazéns, armazéns frigorificados e portos. Como está essa operação?

O banco liberava para investimentos nesse tipo de atividade, por ano, cerca de R\$ 15 milhões. Em 2006 foram R\$ 70 milhões de investimentos nessa área. Nossa carteira de crédito (dinheiro para empréstimo) pulou de R\$ 80 milhões para R\$ 230 milhões. Os números são robustos e mostram que o Bandes tem um papel a cumprir na sociedade. Uma economia não é feita só de megaempresas, mas também do micro e pequeno negócio. Nossa clientela não gera muita renda, mas gera muito emprego e a renda gerada fica nos cofres do Estado.

Como o Bandes conseguiu aumentar o número de clientes no primeiro mandato do governador Paulo Hartung?

Isso se deu por meio de articulações e parcerias fora do

“

A rede de parcerias foi fundamental para o Bandes ancorar e sustentar ações em todos os municípios capixabas”

banco, com os próprios agricultores e os técnicos que atendem aos agricultores; com tecnologia. Mudamos todo o sistema de informática do banco, para ele poder ser mais aberto e mais acessível. Também trabalhamos para aumentar a motivação dos colaboradores. A mudança na fachada do Bandes também foi fundamental para melhorar o acesso aos clientes. O programa Nosso Crédito já foi instalado em 77 municípios, só falta Vila Velha. O programa do Crédito Rural foi repassado para todos os municípios capixabas, com exceção de Vitória, que não possui área rural. Assim, a gente consegue estar presente em todos os municípios, mesmo sem ter agências, devido às parcerias com as prefeituras, consultores, Incaper, Banestes, etc. A rede de parcerias foi fundamental para o Bandes poder ancorar e sustentar ações que abrangem todos os municípios capixabas.

“
O Bandes também

desenvolver linhas de crédito específicas para apoiar as exportações e também as empresas fornecedoras, que trabalham para os grandes projetos industriais.

É no que se refere aos Arranjos Produtivos Locais, os chamados APLs?

Nesse caso, temos os setores de granito, de confecções, o moveleiro e o da cachaça como exemplos. Esses setores buscam o mercado internacional e, na maioria dos casos, são micro, pequenas e

“O Bandes também está de olho na atividade petrolífera. Aos poucos, ele vai se preparando para dar apoio específico à indústria e serviços ligados ao setor de petróleo e gás no ES”

O Bandes também está de olho na atividade petrolífera que toma conta da economia capixaba. A Prysmian Cabos e Sistemas, que é o novo nome da Pirelli Cabos e Sistemas, teve apoio do Bandes. É uma indústria de cabos umbilicais, que atende à indústria do petróleo na exploração marítima. São cabos de energia e de telecomunicações. O Porto CPVV (Terminal da Companhia Portuária de Vila Velha) também foi apoiado pelo Bandes. O CPVV opera com cargas da indústria de extração e refino de petróleo. Aos poucos, o Bandes vai se preparando para dar apoio específico à indústria e serviços ligados ao setor de petróleo e gás no Estado.

Como está a saúde financeira do Bandes?

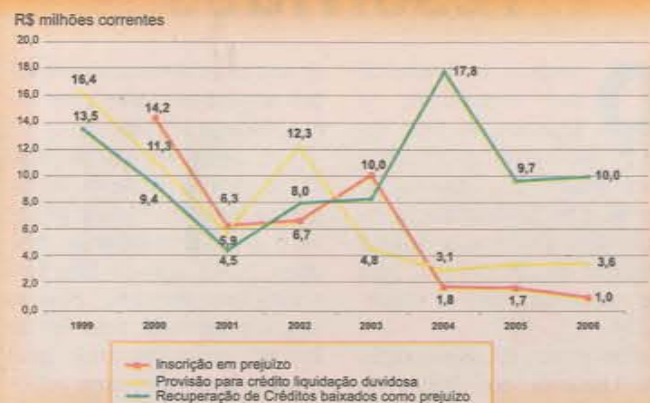
Se tomarmos um conjunto de indicadores do Bandes, como patrimônio, rentabilidade e carteira de crédito, o Bandes de 2006 é duas vezes e meia maior do que o de 2002, antes do primeiro mandato do Governo Paulo Hartung. Estamos satisfeitos com os resultados alcançados, pois esta-

Em 2002 tínhamos uma base de clientes de 4,2 mil. Fechamos 2006 com 12 mil clientes de base. O programa Nosso

no primeiro mandato do governador Paulo Hartung? Isso se deu por meio de articulações e parcerias fora do

para o Bandes poder ancorar e sustentar ações que abrangem todos os municípios capixabas.

Recuperação de Crédito



Fonte: Bandes

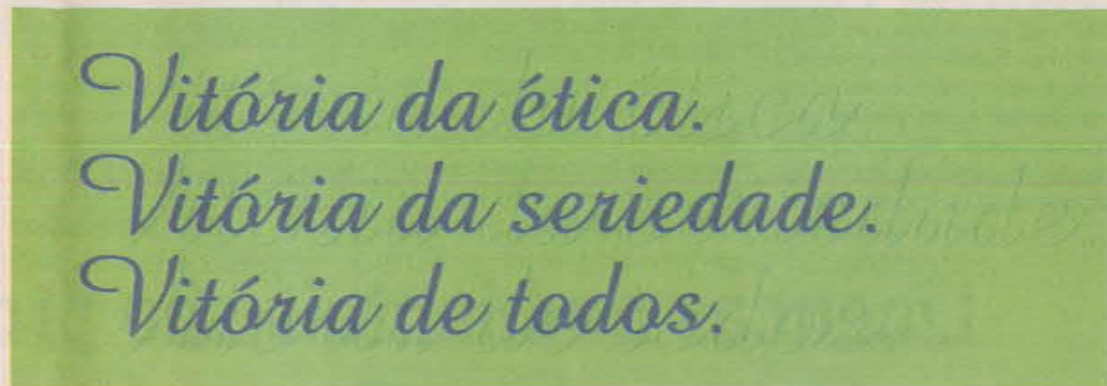
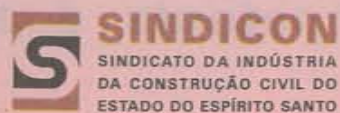


O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo (Sindicon-ES) parabeniza o Governador Paulo Hartung e se coloca à disposição como parceiro do Governo em prol do desenvolvimento do Estado.

O reequilíbrio das contas públicas, o resgate da credibilidade do Executivo estadual e o novo ciclo virtuoso de crescimento por que passa o Estado poderão agora dar ainda mais frutos e consolidar as bases do crescimento previsto no macroplanejamento Espírito Santo 2025.

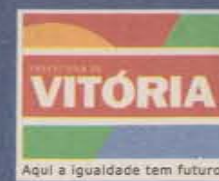
Que venha então esse tempo de mais paz, mais oportunidade de negócios e mais qualidade de vida. Um tempo que signifique, conforme palavras do próprio Governador Paulo Hartung, a transformação do Espírito Santo no melhor lugar para trabalharmos e para criarmos nossos filhos.

Parabéns, Governador Paulo Hartung. Feliz novo mandato.



A reeleição do Governador Paulo Hartung atesta o amadurecimento do povo capixaba e reflete o desejo do Espírito Santo de continuar crescendo com mais justiça social.

A Prefeitura de Vitória participa da construção deste tempo de igualdade no Espírito Santo.



Rochas Ornamentais: força nas exportações capixabas

O SETOR HÁ 10 ANOS EXPORTAVA SOMENTE BLOCOS DE GRANITO E HOJE EXPORTA MAIS DE 80% DE MANUFATURADOS. ELE TEM PARTICIPAÇÃO ESPECIAL NA ECONOMIA DO ESTADO E DO BRASIL

O setor de rochas ornamentais representou 7% do Produto Interno Bruto (PIB) capixaba em 2005 e cresceu muito no contexto da exportação, porém, a demanda vai aumentar e, com isso, há grandes desafios, como a melhoria da logística, questões tributárias e do meio ambiente e capacitação da mão-de-obra, etc.

Segundo o Centro das Indústrias Exportadoras de Rochas Ornamentais (Centro), a produção do Espírito Santo é de 25 milhões de metros quadrados de chapas ao ano, o que representa 83% das exportações de manufaturados do Brasil.

TENDÊNCIA É DE CRESCIMENTO

O presidente do Centro, Valdecyr Roberte Viguini, informou que a tendência é de aumento para 2007, pois novas indústrias estão se instalando no Estado. Viguini estima que a exportação de rochas deve ultrapassar US\$ 1 bilhão este ano. "Esse número representa 0,7% das exportações brasileiras", comparou.

Somente no Terminal de Vila Velha (TVV), o embarque de car-

gas de granito, no terceiro trimestre de 2006, representou 140.462 toneladas, aumento de 54,3% sobre 91.059 toneladas no mesmo período de 2005.

"O Espírito Santo deve fechar com um incremento de 47% das exportações em 2006, com relação a 2005. Já no manufaturado, o percentual é de 50% de incremento, em valores", disse Valde-

cyr Viguini.

Ele atribuiu o desenvolvimento das exportações do manufaturado do Espírito Santo, acima da média nacional, não só à logística e à mineração, mas também a algumas providências que o governo estadual tomou na área fiscal, como desoneração de ICMS para blocos industrializados no Estado.



Valdecyr Viguini estima que a exportação de rochas deve ultrapassar o montante de US\$ 1 bilhão neste ano. Ele destacou as ações do governo na área fiscal



Flávia Fernandes

Um dos setores que mais investem no ES

Segundo o Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Espírito Santo (Sindirochas), o setor de rochas ornamentais é um dos que mais investem no Estado.

"Temos alguns números que indicam que o setor, no ano de 2007, vai investir cerca de US\$ 1

dente da entidade, Áureo Vianna Mameri.

PROCEDÊNCIA

O granito vem da Região Noroeste do Estado, de municípios como Nova Venécia, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Águia Branca, Água Doce do Norte, Governador Lindenberg

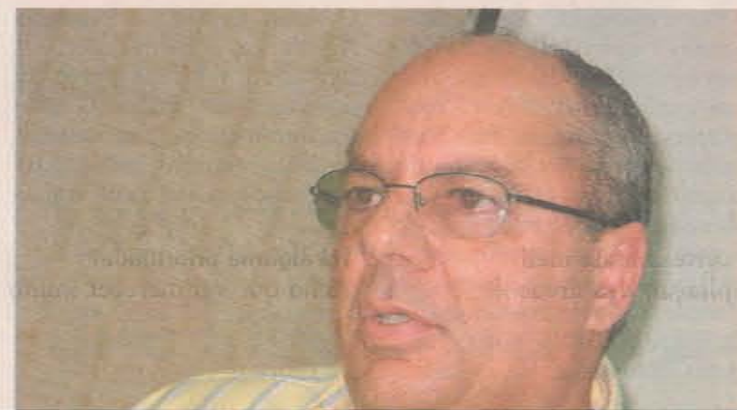
ção mais equilibrada no Estado, pois esses granitos também estão em regiões do Sul capixaba, como, por exemplo, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio e Castelo.

"Porém, 70% dos granitos beneficiados no Espírito Santo vêm da Região Noroeste", afirmou o presidente do Sindiro-

EXÓTICOS CUSTAM MAIS

Já os exóticos estão custando numa faixa de US\$ 70 a US\$ 90, mas um material exótico top de linha pode chegar a US\$ 300 o m² de chapa de 2 cm.

O material exótico é muito mais fácil de ser trabalhado no mercado de exportação de que



Segundo o Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Espírito Santo (Sindirochas), o setor de rochas ornamentais é um dos que mais investem no Estado.

“Temos alguns números que indicam que o setor, no ano de 2007, vai investir cerca de US\$ 1 bilhão no Estado em máquinas e equipamentos para pedreiras, novas jazidas, novas plantas para beneficiamento, novas máquinas para as atuais plantas industriais, novos teares, etc”, disse o presi-

dente da entidade, Áureo Mameri.

PROCEDÊNCIA

O granito vem da Região Noroeste do Estado, de municípios como Nova Venécia, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Águia Branca, Água Doce do Norte, Governador Lindenberg, Pancas e Baixo Guandu.

Quanto aos materiais exóticos, de alto valor no mercado, que não têm cores definidas e caracterizam-se pela movimentação, está havendo uma distribui-

ção mais equilibrada no Estado, pois esses granitos também estão em regiões do Sul capixaba, como, por exemplo, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio e Castelo.

“Porém, 70% dos granitos beneficiados no Espírito Santo vêm da Região Noroeste”, afirmou o presidente do Sindirochas.

Segundo o Sindirochas, os materiais amarelos estão sendo comercializados no mercado externo por US\$ 45 a US\$ 50 o m² de chapas de 2 cm.

EXÓTICOS CUSTAM MAIS

Já os exóticos estão custando numa faixa de US\$ 70 a US\$ 90, mas um material exótico top de linha pode chegar a US\$ 300 o m² de chapa de 2 cm.

O material exótico é muito mais fácil de ser trabalhado no mercado de exportação do que os materiais de cor e é essa característica que aflige os exportadores, uma vez que precisam de mais agilidade no Terminal de Contêineres, o TVV.



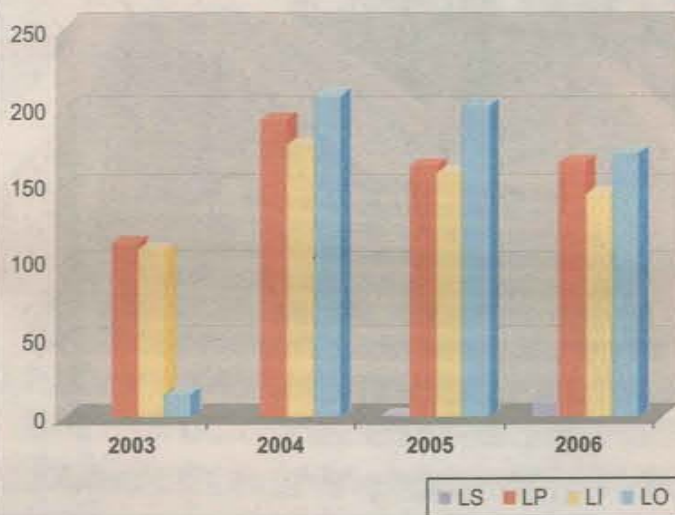
Flávia Fernandes

O presidente do Sindirochas, Áureo Mameri anuncia investimentos de US\$ 1 bilhão em 2007

Licenças ambientais são problema

Quantitativo de Licenças SLM 2003-2006

Tipo de Licença	2003	2004	2005	2006
Licença Simplificada (LS)	-	-	1	9
Licença Prévia (LP)	113	194	164	166
Licença de Instalação (LI)	109	178	159	146
Licença de Operação (LO)	15	209	203	172
Total	237	578	526	484



Fonte: Iema

Arte - Gilson

Na opinião de Valdecyr Viguini, o Espírito Santo apresenta, naturalmente, uma logística favorável, não só em função da matéria-prima, como também pela proximidade com o Porto de Vitória.

Com essas características, são atraídas não só as empresas que estão sediadas fora do Estado, mas também as internacionais. Há várias plantas de empresas espanholas e italianas sendo instaladas no Estado e o município da Serra tem sido o local mais procurado.

EMPRESÁRIOS ENFRENTAM DESAFIOS

Mesmo com essa alta demanda, o cenário é de desafios para empresários. “Precisamos de parcerias com os governos do Estado e da União, além de outras entidades. A gente procura uma interlocução para trilhar os caminhos a serem seguidos”, disse o presidente do Sindirochas.

Segundo ele, o setor tem sérios problemas na liberação de alvarás de mineração, devido à estrutura do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no Estado. O setor também despacha grande demanda ao

Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), para liberação de licenças ambientais.

PORTO

Outra observação de Mameri e Viguini é quanto à limitação do Porto de Vitória, que possui apenas dois berços operando contêineres. “O setor exporta quase 4 mil contêineres/mês e a demanda será maior para os próximos quatro anos. Os órgãos ambientais não têm capacidade de suprir a demanda do setor”, alertou o presidente do Centro.

“Nossa logística de transportes precisa ser mais eficiente, devido ao imenso volume de blocos, chapas e contêineres que trafegam pelas nossas estradas. Temos que ter consciência de nossas limitações e temos de trabalhar em torno de ações efetivas, que possam ajudar o desenvolvimento do setor de rochas. Isso passa por fortes investimentos em infra-estrutura”, cobrou Áureo Mameri.

“Não existe crescimento sem infra-estrutura e é isso que precisamos no Estado, para assegurar o crescimento do setor”, complementou Valdecyr Viguini.

Gargalos a serem resolvidos

Operando no limite de sua capacidade, o Terminal de Vila Velha (TVV) requer uma saída a curto prazo. Na opinião do Centro e do Sindirochas, a solução seria a utilização de uma retroárea de 250 mil m², para dar maior dinâmica às exportações.

Por meio da Associação dos Usuários dos Portos do Espírito Santo (Asupes), o setor de rochas e outros segmentos exportadores pretendem administrar uma área de 83 mil m², para armazenar cargas e agilizar o processo de exportação.

APAGÃO PREOCUPA

“Mesmo tomando todas as medidas necessárias, acredito que o Porto de Vitória não tenha muito tempo para atender à demanda do Estado, devido ao crescimento econômico previsto. Já estamos num apagão logístico, pois temos grande parte

de nossos produtos sendo exportada por outros estados”, comentou Valdecyr Viguini.

“O nosso prejuízo não é só em termos de custo do transporte rodoviário e custo de estadia e armazenagem do produto. Nosso cliente não está sendo bem atendido, pois as cargas exportadas pelo Rio de Janeiro estão chegando quebradas. Buscamos com o Governo do Estado uma parceria no sentido de resolver esse problema”, observou Áureo Mameri. O custo do frete para o Rio de Janeiro está em torno de R\$ 1,7 mil por contêiner.

MÉDIO PRAZO

Um dos gargalos portuários a serem resolvidos a médio prazo, na opinião do Centro e do Sindirochas, seria a utilização do porto de Ubu e, a longo prazo, a operação do porto de Barra do Riacho. “A solução definitiva seria Barra do Riacho”, disse Valdecyr Viguini.



Mantenha a persistência que o distingue como ser humano reto e justo, além de administrador competente e ético.

union[®]
lab